

DEBATES

NOTAS SOBRE O PAPEL DA ÉTICA NA
FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO*

João Carlos Nogueira

Pontifícia Universidade Católica de Campi-
nas

1. Desenvolveremos o assunto que nos foi proposto a partir de um eixo central: a questão da responsabilidade pessoal. O homem é um ser cuja responsabilidade é **construir-se** construindo o mundo. Ele se faz na ação pela qual transforma constante e criativamente a realidade histórico-social em que vive.

Este tema abre o espaço essencial da reflexão sobre o problema ético, que se situa, precisamente, no terreno da ação, onde o homem se põe à prova como um **eu** pessoal convocado a tomar consciência de si e de seu mundo. Ora, a consciência de si e do mundo não se dá na solidão de um **eu** fechado em sua interioridade, mas na comunicação intersubjetiva da linguagem e do trabalho numa comunidade, onde nossos projetos se unem a necessidades reais para superar a alienação, criando as condições para que todos os homens possam exercer a sua **transcendência**, vale dizer, a dimensão criadora que os define como homens. É, portanto, na práxis social que a consciência ética, sem perder a sua autonomia, liberta-se do individualismo e se afirma como doadora das leis e do sentido da luta de nossa existência em comum no seio da sociedade.

A ética é, em última análise, a expressão de nossa autonomia, ou seja, do poder que temos, enquanto seres dotados de uma vontade racional e livre, de dar-nos a nós mesmos a lei fundamental do nosso agir. Esta é, igualmente, a fonte donde emergem as normas reguladoras da conduta humana na sociedade e que são essencialmente fruto do esforço de invenção e criatividade dos homens no campo moral. Este se estende a toda a esfera da atividade humana enquanto procede do exercício da liberdade pela qual nos exprimimos no mundo através de nossa práxis efetiva. Desta faz parte a práxis científica de que a atividade psicológica constitui um elemento considerável, tanto pelo seu objetivo como pela sua relevância social. Ora, a atividade psicológica é animada por um **ethos** que se afirma, de modo especial, no respeito ao seu "objeto", que é, na verdade, um **sujeito**, o existente humano portador de uma palavra que invoca outra palavra e não pode, sem violência, ser silenciada.

Concentram-se, nesta área, as grandes implicações das opções metodológicas, que ignorando, do ponto de vista epistemológico, o aspecto específico da psicologia enquanto ciência humana, acabam por transformá-la em dócil instrumento da ideologia dominante. Onde o sentido do nosso tema neste encontro: o papel da ética na formação do psicólogo. Trata-se de explicitar no que consiste tal papel e de mostrar a sua importância relativamente à prática concreta do psicólogo.

2. Quando falamos de ética quase sempre associamos o termo a outro que é a sua tradução latina, o termo **moral**, que sugere a idéia de uma disciplina normativa, de código a reunir em si séries de mandamentos e proibições explícitos: *faze isto, evita aquilo*, e assim por diante. Todavia, as regras, prescrições e interdições, que fazem parte dos códigos vigentes nas sociedades humanas, não são fins em si mesmos, mas

(*) O presente artigo retoma, com algumas modificações, o teor de uma palestra proferida na V Semana de Psicologia promovida pelo Centro de Estudos de Ciências do Comportamento de Santos, em outubro de 1979, sob o título: **O papel da Ética na formação do psicólogo**.

meios em vista do grande objetivo que imaniza a existência: a realização profunda do nosso desejo de ser. O termo *ética* deve, pois, ser entendido na perspectiva de uma teoria que não visa, em primeiro lugar, a apontar o que se deve fazer ou evitar concretamente do ponto de vista moral mas a dizer, em geral, no que consiste o comportamento regulado pelas normas chamadas morais. Nós, particularmente, entendemos por *ética* a reflexão filosófica (vale dizer, racionalmente fundamentada, crítica) sobre o agir humano enquanto consciente, livre e responsável. Este agir é a própria práxis concreta por meio da qual buscamos realizar o nosso projeto de existência em sociedade.

Com este tema adentramos a região dos valores éticos, que são aqueles implicados no reconhecimento concreto e eficaz da pessoa humana na sua condição de ser racional e livre. Exatamente por isto, são os valores que presidem às normas da ação e fixam, ao mesmo tempo, os modelos de comportamento ético na sociedade.

A questão ética, portanto, não se restringe ao plano da simples aceitação das normas de comportamento socialmente estabelecidas nem se reduz ao problema da criação dos valores por uma liberdade solitária. Nasce, na existência concreta de cada um de nós, "das contradições vividas, sempre renovadas, entre as exigências da disciplina necessária à eficácia de nossa luta e o sentido de responsabilidade pessoal de cada um de nós, tanto na elaboração quanto na aplicação das próprias leis da nossa combatividade."¹

3. O discurso sobre os valores morais em determinada cultura nos leva, para além da fragmentação das normas e leis do seu sistema ético, ao campo dos fundamentos desses mesmos valores. É a região dos valores originários², que fornecem as diretrizes gerais em vista das quais elaboramos as normas concretas da ação e as utilizamos no nível da consciência moral. Eles não se apresentam de forma temática, elaborados claramente à guisa de preceitos prontos para serem aplicados às situações concretas onde agimos. Apresentam-se de modo implícito, informando e revestindo as normas da conduta. Ora, como as normas são, antes de tudo, fruto de uma *invenção* do nosso empenho ético, surpreendemos atrás delas, sustentando-as e dando-lhes feição definida, um poder constitutivo originário. Este poder é o da vontade livre, que manifesta concretamente a sua autonomia nos projetos que faz e no empenho que desenvolve para realizar as suas decisões. Neste sentido, podemos asseverar que a *ética* existe na medida em que há, no homem, um poder de ação capaz de dar a si mesmo a sua lei.³ E isto não no sentido formal kantiano da lei puramente racional, desvinculada de qualquer conteúdo concreto, mas da lei que se expressa como exigência da razão enquanto existencial e histórica. Por conseguinte, a autonomia da vontade não é algo dado de antemão, realizado "a priori", mas algo que deve ser realizado. É a esfera onde a liberdade é colocada radicalmente em questão pela práxis mediante a qual o homem busca construir-se. É, com efeito, nas situações concretas que a ordem moral encontra o seu conteúdo e a teoria ética mostra a sua qualidade. O que quer dizer: a vontade, que tem a sua lei na autonomia, só se afirma enquanto tal nas situações efetivas onde o existente humano desdobra a sua atividade. Tocamos aqui o campo das normas concretas da ação pelas quais os princípios gerais da ordem ética são aplicados ao contexto particular em que agimos. Estas normas apresentam-se como cristalização do esforço criativo da existência histórico-social dos homens em busca da realização da sua liberdade. São formulações práticas que se reconduzem ao empenho originário de instauração ética no espaço social por parte das gerações que nos precederam. Para serem expressões eticamente válidas, é preciso que retomemos, através delas, a inspiração primitiva que abriu, neste campo, um caminho novo. No domínio moral deve, necessariamente, haver lugar para a criação, se não se quiser cair no formalismo das éticas da lei, em que se estagna definitivamente o progresso ético e se justifica, em boa consciência, a ordem moral dos sistemas vigentes. É preciso,

todavia, lembrar que as normas têm valor na medida em que são assumidas na conduta e só podem ser assumidas se forem reconhecidas e aceitas como tais. Assim, através de todas estas vicissitudes somos solicitados, pelo exercício concreto da nossa liberdade, a nos exprimir, de forma crítica e transformadora, na realidade que plasmamos pelo trabalho e pela palavra.

4. As considerações precedentes conduzem-nos ao problema central de um **ethos** da atividade psicológica. Entendemos a expressão não só no sentido geral da existência de uma dimensão ética ligada a esta atividade, mas também no sentido específico da totalidade da disposição moral que deve estar presente na prática do psicólogo e que o inclina a respeitar concretamente o outro naquilo que o outro é e representa no mundo das relações inter-humanas. Um **ethos** da atividade psicológica, nesta perspectiva, tem uma significação antropológica e uma função pedagógica bem claras. A significação antropológica está no prolongamento que faz da herança socrática do "conhece-te a ti mesmo", configurada no esforço de levar o homem a um melhor conhecimento de si, de ajudá-lo a descobrir-se e a curar-se das falsificações e imposturas da consciência imediata. Realmente é preciso reconhecer que o psiquismo humano, movido como é pelas forças das pulsões e dos desejos inconscientes, desenvolve uma vasta tática de dissimulações e camuflagens orquestrada pela necessidade narcísica do ego de dar de si a melhor imagem possível. Ora, na medida em que desconhecemos as nossas motivações mais profundas, somos levados a acreditar que somos, de fato, o que parecemos. A atividade psicológica cumpre, nesta dimensão, a tarefa de nos alertar contra este engano, tornando-se desta forma uma arte de veracidade, que consiste em reduzir as inevitáveis ilusões de nossa consciência. Aqui o seu sentido antropológico revela já a sua função pedagógica. Reduzir as ilusões, quebrar os encantamentos do narcisismo, que nos fecha no círculo vicioso de um ego demasiadamente fascinado pela própria figura, significa o trabalho de lucidez de uma existência que está sempre à procura de mais verdade e liberdade.

Neste ponto, importa recordar também que as próprias mudanças na representação que o homem hoje faz de si mesmo e no seu modo de viver estão, sem dúvida, marcadas pelas concepções e relativas práticas psicológicas. Ora, tanto estas como aquelas podem efetivamente estar eivadas dos traços ideológicos próprios da cultura em que são veiculadas. Assim acontece, por exemplo, na concepção tecnocrática da sociedade, onde a atividade psicológica é convertida em mero instrumento de adaptação dos indivíduos ao meio. Visando a conduzir o homem à maturidade psicossocial esta concepção tende a considerar tal maturidade como resultante do perfeito equilíbrio entre o indivíduo e o meio social de forma que se anulem as tensões e os conflitos. Esta é, na verdade, a armadilha em que a psicologia tem frequentemente caído, porque se esquece de uma questão epistemológica fundamental que não poderia nunca ser esquecida. É a questão do seu **objeto**, que não sendo da mesma ordem dos objetos físicos, não pode reger-se pelo mesmo critério de objetividade das ciências empírico-formais. Afinal, em psicologia, trata-se de se submeter a exame científico fenômenos que trazem as marcas de um sujeito, que é, como dissemos acima, um sujeito que fala. Desconhecendo esta palavra e, por conseguinte, silenciando-a (porque vem de um sujeito que não **pode** entrar em consideração quando se fala de **objetividade científica**) a psicologia acaba por reduzir o homem à condição de autômato manobrado ao bel-prazer de estruturas anônimas.

A afirmação desmesurada da objetividade, de que se exclui todo significado humano, envolve, em primeiro lugar, um conceito de homem francamente inaceitável, o do homem robotizado que reage pavlovianamente aos estímulos ambientais. É o **homem unidimensional** de que nos fala Marcuse, integralmente ajustado à sociedade que objetiva fazer dele, através dos meios de comunicação de massa, o consumidor exemplar, perfeitamente condicionado ao sistema. Em segundo lugar, por detrás da

afirmação de tal objetividade esconde-se a concepção da **neutralidade** científica da psicologia, que nada mais é do que um enorme engodo ideológico.

A prática, que se assenta na afirmação da neutralidade da psicologia, mostra claramente que esta se transformou em técnica de intervenção na realidade humana, manipuladora de dados e estatísticas a respeito do comportamento para adequá-lo aos fins e interesses do sistema. Converte-se, destarte, em expressão do conservadorismo social, ao mesmo tempo em que reforça e ratifica a ideologia dominante.

5. A concepção objetivista da psicologia determina uma práxis que parece merecer a dura acusação de Nietzsche, na **Gaia Ciência**, contra os propugnadores do cientificismo. Diz ele, com a habitual virulência: “vós sois seres frios, que vos sentis encouraçados contra a paixão e a químera. Bem que gostaríeis que a vossa ciência se transformasse em adorno e objeto de orgulho ! Afixais em vós mesmos a etiqueta de realistas e dais a entender que o mundo é verdadeiramente feito tal qual vos aparece”. Semelhante concepção constitui, de fato, uma verdadeira cama de Procusto para a psicologia, pois torna os fenômenos psíquicos, que são de natureza qualitativa, meros fatos físicos de que é possível estabelecer a quantificação exata. Eis um exemplo notável daquilo que Hegel chamou “o meu infinito”, que se traduz no privilégio conferido à quantidade tida como única dimensão científica válida no universo humano. Daqui decorre a prática “tecnológica” da psicologia, no campo social, orientada primordialmente ao atendimento das necessidades de ordem econômica quanto à racionalização da produtividade pela maximalização da exploração do trabalho humano. Temos, assim, a redução da ciência psicológica ao papel de mera auxiliar do sistema social no equacionamento dos conflitos e no afrouxamento das tensões surgidas em seu seio. Vinculada à função de adaptar e integrar os indivíduos à sociedade, ela perde o seu poder originário de regeneração, que é essencialmente um poder de liberação. Tragada pelo discurso das instituições acaba por não permitir que a palavra humana se liberte. Transmuda-se em discurso da resignação, que se propõe normalizar, atingir o consenso do grupo. Coloca, deste modo, fora de circuito a existência concreta do homem, habitante dum mundo que carrega os seus anseios e é o lugar dos seus projetos e de sua realização. E o psicólogo se torna mero tecnocrata esquecido de que o homem não é um simples produtor e consumidor de coisas, nem a razão humana se restringe à dimensão puramente instrumental definida apenas em vista de sua funcionalidade.

O papel do psicólogo como instrumento e reforço do sistema assume, neste horizonte, uma conotação ética inegável. O desempenho de sua tarefa, nesta linha, deixa profundamente comprometido o reconhecimento concreto e eficaz do outro como pessoa. De fato, ao procurar fazer dos indivíduos, na sociedade, instrumentos dúcteis de produção da mais-valia, obedientes ao sistema onde vivem e identificados com os seus fins, trata-os como **meios**. Com isto, se confirma a alienação social que tira aos indivíduos a possibilidade de participar na elaboração e execução dos grandes projetos da sociedade. Esta possibilidade vai permanecer como privilégio da classe social dominante.

A este ponto, que nos parece central na consideração da dimensão ética da atividade psicológica, prende-se outro não menos importante. Trata-se, antes de mais nada, de uma espécie de tentação que espreita a prática do psicólogo e contribui para compor dele uma imagem negativa: a do “especialista” do psiquismo, aquele que **sabe** e, portanto, pode desvendar-nos os segredos, tendo nas mãos a chave do nosso destino. Ele **sabe**, logo, que tem poder para manipular e dirigir. Pode-se ver em tal atitude um reflexo do olhar coisificante que Sartre nos apresenta nas pungentes análises de **O Ser e o Nada**. Na relação terapêutica o olhar inquisidor do psicólogo, igual ao de Medusa, pode **petrificar** o outro e transformá-lo em objeto. Cremos mesmo que, muitas vezes, o psicólogo possa ser levado a esta atitude pela própria posição do

cliente que vem a ele com esta solicitação: “quero saber quem eu sou”. Tal solicitação se baseia no pressuposto seguinte: o psicólogo é aquele que tem por ofício dizer quem os outros são, pois conhece o que se passa no interior das pessoas. Ora, atender a esta solicitação significa, antes de tudo, ratificar a imagem que fazemos de nós mesmos e oferecemos ao reconhecimento dos outros. Com isto nossa existência fica limitada à representação dos papéis que a sociedade nos atribui.

A tarefa da psicologia, em nosso modo de ver, vai noutra direção. Enquanto tentativa de compreender o homem como **vida psíquica**, como **inconsciente**, como **doente** ou como **sujeito das relações sociais**, é necessário que ela tenha um saber, mas tal saber não pode ignorar a realidade do sujeito humano e seu estatuto ontológico. Por isso também, para respeitar este estatuto, é preciso que ela renuncie ao saber que é expressão da vontade de poder e de dominação. Só assim poderá renascer para o grande papel de compreensão do homem, “esse animal doente”, freqüentemente iludido pelo narcisismo quanto ao conhecimento e domínio de si. Ajudá-lo a reencontrar-se pelo reencontro da sua **verdade** é a sua tarefa primordial.

NOTAS:

- (1) GARAUDY, R.: Por uma discussão sobre o fundamento da Moral in **Moral e Sociedade**, Ed. Paz e Terra, Rio, 1969, p. 5.
- (2) Cf. LADRIÈRE, J.: Les enjeux de la rationalité. Le défi de la science et de la technologie aux cultures, Aubier-Montaigne/UNESCO, 1977, p. 137.
- (3) Idem: p. 138.